

25
SERRALVES
15

O PROCESSO SAAL: ARQUITETURA E PARTICIPAÇÃO 1974–1976

DOSSIÊ PEDAGÓGICO

Conceção: Ana Vieira e Andreia Coutinho

Serviço Educativo do Museu de Serralves

**O PROCESSO SAAL:
ARQUITETURA E PARTICIPAÇÃO
1974-1976**

01 NOV 2014 – 01 FEV 2015

Museu de Arte Contemporânea de Serralves

INTRODUÇÃO

Este dossiê pedagógico é uma ferramenta de trabalho destinada a educadores e professores, dos diferentes níveis de ensino, desde o Pré-Escolar até ao Ensino Secundário. Visa auxiliar a visita à exposição "O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974–1976" através de propostas de trabalho a desenvolver em sala de aula, antes e depois da visita.

Está dividido em duas partes:

- a primeira apresenta informação sobre o processo SAAL;
- a segunda contém propostas de trabalho divididas em propostas de reflexão e atividades práticas.

Para as escolas, o exemplo do processo SAAL apresenta uma interessante oportunidade de explorar conteúdos curriculares, designadamente nas áreas disciplinares de Português, Estudo do Meio, História, Geografia, Matemática, Formação Pessoal e Social, Educação Cívica, Educação Tecnológica e Artes Visuais.

LEITURAS COMPLEMENTARES

- *O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974–1976*, cat. exp., Porto: Fundação de Serralves, 2014.
- José António Bandeira, *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007
- *Livro Branco do SAAL 1974–1976*, Porto: FAUP Publicações, 1976.

PROGRAMAÇÃO PARALELA NO MUSEU

Visita-Oficina para escolas

Os professores têm oportunidade de realizar com os seus alunos uma visita-oficina mediante marcação. Esta tem duas componentes: uma de reflexão teórica dialogante e outra de prática criativa.

Visitas Oficina Famílias

"SAAL: Sala aberta a ações livres" (30 NOV 2014)

"A minha casa, a nossa rua" (24 JAN 2015)

Visitas orientadas para público em geral

Datas: 02 NOV 2014, 07 DEZ 2014, 25 JAN 2015

Horário: 12h00–13h00

A exposição "O Processo SAAL: Arquitetura e Participação, 1974–1976" é acompanhada por um extenso programa público que inclui visitas e conversas na exposição, cinema, artes performativas e o programa "AMBULATÓRIO: Conversas Abertas nos Bairros do SAAL/Norte – Bouça, Leal, Antas, São Victor". Todo o programa pode ser consultado na brochura disponível na receção do Museu e também no site de Serralves em www.serralves.pt.

MARCAÇÃO

As atividades estão sujeitas a marcação prévia junto do Serviço Educativo, de segunda a sexta, das 10h00–13h00 e das 14h30–17h00.

A marcação deve ser efetuada com pelo menos 15 dias de antecedência:

- **Ficha de pré-marcação disponível online**
- **Ficha de pré-marcação (preencher e enviar por email)**

Contactos

Cristina Lapa:

ser.educativo@serralves.pt

Tel: (geral): 22 615 65 00

Tel: 22 615 65 46

Fax: 22 615 65 33

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I. CONTEÚDOS

1. O PROCESSO SAAL

- 1.1 A Revolução de 1974
- 1.2 O estado do país à data da Revolução
- 1.3 As políticas de habitação do Estado Novo
- 1.4 O caso do Porto: ilhas, subalugas e ocupações
- 1.5 As operações SAAL
- 1.6 A extinção das operações SAAL

II. PROPOSTAS DE TRABALHO

1. PROPOSTAS DE REFLEXÃO

- 1.1 Palavras-chave
- 1.2 Citações
- 1.3 Glossário
- 1.4 Para discussão

2. ATIVIDADES PRÁTICAS

- 2.1 Pré-escolar
- 2.2 Ensino Básico
- 2.3 Ensino Secundário

INTRODUÇÃO

A EXPOSIÇÃO

“O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974–1976” é a primeira grande exposição dedicada ao SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).

Nascido da Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, o SAAL desencadeou um dos mais empolgantes processos da arquitetura do século XX. O projeto, iniciado em agosto de 1974 pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo do Segundo Governo Provisório, dirigida pelo arquiteto Nuno Portas, tinha por objetivo enfrentar as prementes necessidades habitacionais de comunidades desfavorecidas em todo o país. A radical criatividade do programa residia no envolvimento e na participação direta das populações na conceção das suas novas habitações. Esta arrojada aventura coletiva transformaria a perceção de muitos arquitetos em relação à natureza social da sua profissão e desencadearia mudanças intensas e profundas no entendimento não só da habitação social mas da própria prática arquitetónica. Operando na conjuntura muito complexa que caracterizou os anos subsequentes à Revolução, o SAAL seria também decisivo na internacionalização dos arquitetos portugueses e na visibilidade do seu contributo para os urgentes debates que, na Europa e em todo o mundo, se travavam então sobre o papel social e político da arquitetura.

A mostra promove uma reflexão contemporânea sobre o decurso deste processo, as suas contradições, os seus ecos e repercussões na arquitetura. A exposição apresenta 10 projetos exemplares do SAAL nos distritos do Porto, Lisboa, Setúbal e Lagos, através de maquetas, fotografias históricas, gravações sonoras, documentários e filmes. Incluí ainda uma série de encomendas fotográficas realizadas pelos fotógrafos André Cepeda, José Pedro Cortes e Daniel Malhão, que documentam o estado atual de alguns dos projetos e ainda uma instalação da artista Ângela Ferreira, especialmente criada para a exposição e que lida com a memória histórica e política de um dos momentos mais marcantes para a sociedade e para a arquitetura portuguesas.



ABAIXO A

ALUGER
MAXIMO

240500

ABAIXO

AS COL MIA

HUN...IAS





I. CONTEÚDOS

1. O PROCESSO SAAL

1.1 A REVOLUÇÃO DE 1974

O golpe militar de 25 de abril de 1974 iniciou um período histórico único, marcado por experiências sem precedentes no domínio dos movimentos sociais e da participação dos cidadãos.

Nesse dia foi derrubada pelos militares, organizados no Movimento das Forças Armadas (MFA), a mais longa ditadura da Europa, que durou quase meio século (1926–1974), pondo fim à guerra contra os movimentos de libertação das colónias africanas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que durava desde os inícios da década de 1960.

A Revolução foi seguida de um período instável, com sucessivos governos provisórios (seis, no total), durante o qual foram tomando forma concepções de democracia, baseadas na participação popular. Os trabalhadores da indústria, da agricultura e dos serviços, os movimentos de moradores de bairros urbanos, os estudantes, os intelectuais e os militares levaram a cabo experiências de mobilização de massas, de constituição de organizações populares e de diversas formas de democracia participativa.

Apesar da sua curta duração (cerca de dois anos), este período deixou marcas quer na ordem constitucional portuguesa como na memória coletiva e histórica.



1.2 O ESTADO DO PAÍS À DATA DA REVOLUÇÃO

Após cinco décadas de ditadura, o país encontrava-se empobrecido, com um elevado índice de analfabetismo e uma parte significativa da população não tinha as condições mínimas de habitabilidade. Tornava-se por isso urgente inverter essa situação e criar um novo horizonte de vida para as populações que viviam principalmente nos grandes aglomerados urbanos, sem alojamento condigno. É neste contexto que se desencadeia o processo SAAL, um projeto arquitetónico e político, criado para atender às necessidades habitacionais das populações carenciadas.

Na década de 1970, cerca de 600 mil famílias viviam em condições precárias em Portugal, o que correspondia a mais de 2 milhões de pessoas (23% da população portuguesa).

Esse número viria a aumentar com, depois do 25 de abril, a chegada dos retornados, ex-colonos portugueses na África que, com as guerras de independência e com o processo de descolonização, regressaram ao país.



1.3 AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO DO ESTADO NOVO

Durante o Estado Novo as políticas de habitação foram usadas como instrumento de controlo social e meio de difusão dos valores autoritários e repressivos do regime. Numa primeira fase, optou-se pela construção de unidades unifamiliares, uma vez que as habitações coletivas eram entendidas como focos de desenvolvimento de movimentos “subversivos” ou revolucionários. Num segundo momento, a opção passou a incidir na construção de edifícios coletivos localizados nas periferias das cidades (zonas desfavorecidas de equipamento, transportes e centralidade). Estes bairros de realojamento estavam sujeitos a um conjunto de regras, que violavam sumariamente as liberdades individuais e elementares direitos à privacidade.

O SAAL surge como resposta e como consequência a estas políticas de habitação que durante décadas criaram descontentamento junto das populações.



Fotografias: cortesia Alexandre Alves Costa

As operações SAAL, divididas em três grandes grupos: SAAL/Norte, SAAL/Centro-Sul e SAAL/Algarve, multiplicaram-se por todo o país. Adaptando-se às características regionais, o SAAL no Porto ficou marcado especialmente por intervenções no centro urbano, nos vazios da cidade histórica onde predominavam as “ilhas” e os bairros degradados, enquanto que em Lisboa, pelo contrário, as principais operações decorreram em zonas de subúrbio, nos arredores da cidade. Os números do SAAL são reveladores da dimensão que este processo alcançou:

- Associações legalizadas – 131
- Operações - 174
- Pedidos de operações - 271
- Famílias envolvidas - 40.000
- Terrenos adquiridos - 40 hectares
- Projetos concluídos - 4.000 fogos
- Projetos iniciados - 2.259 fogos

1.6 A EXTINÇÃO DAS OPERAÇÕES SAAL

Passados dois anos desde o início oficial do processo, em 27 de outubro de 1976, um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna, Costa Brás, e do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, Eduardo Pereira, punha fim à metodologia do processo SAAL e à sua estrutura orgânica de intervenção. Nesta data vigorava o I Governo Constitucional (1976-78, Mário Soares, Partido Socialista).

A extinção era justificada pelo facto de que algumas brigadas do SAAL se desviaram do espírito do despacho de 1974, atuando à margem do Fundo de Fomento de Habitação e das próprias autarquias locais, considerando-se assim que as populações alojadas não tinham vindo a ser devidamente acompanhadas.

Contudo, os fatores da extinção do SAAL foram mais complexos e diferenciados, e prenderam-se com razões conjunturais de natureza política, social e histórica ligadas ao momento que se vivia. Das causas do fim deste processo, destacam-se: o Estado, ainda a atravessar um período de transição, mostrava incapacidade em acompanhar o ritmo deste tipo de processos; a ausência de práticas de participação social e intervenção cívica; as dificuldades, por parte do Estado, em lidar com alternativas que pudessem colidir com as dinâmicas do sistema (democracia representativa e parlamentar que substituiu a democracia direta na génese do SAAL).

À data da extinção, estavam em construção 2.250 fogos e previa-se o arranque de mais quase 6000. Objetivamente, não houve nenhuma operação que tivesse sido finalizada no período de vigência do SAAL. Assim, todas operações foram alvo de adaptação administrativa e processual: muitas mudaram o local de intervenção, outras mudaram de equipa ou de projeto, outras seguiram os mesmos projetos sem o acompanhamento das equipas que os tinham elaborado e outras, simplesmente, acabaram.

Como resposta a este término abrupto, diversas associações de moradores organizaram manifestações por todo o país e escreveram o que ficou conhecido por “Moção de Repúdio”, mostrando o desagrado perante o fim dos trabalhos do processo SAAL.

1.4 O CASO DO PORTO: ILHAS, SUBALUGAS E OCUPAÇÕES

No Porto, no dia seguinte ao 25 de Abril, os residentes dos Bairros Camarários protagonizaram as primeiras manifestações públicas em torno do direito à habitação. A estas reivindicações seguiu-se, ao longo dos meses de junho e julho, uma segunda vaga de contestação, protagonizada pelos habitantes das “ilhas”, que exigiam uma intervenção imediata no sentido de melhorar as suas condições de vida e de habitabilidade

Meses mais tarde, surge um terceiro movimento, protagonizado pelos residentes em prédios subalugados, que contestavam a exploração por parte dos “subalugas”. Estes últimos lucravam quantias consideráveis à custa da subdivisão de edifícios, repartidos em espaços mínimos, sem condições condignas.

As ocupações de casas devolutas foram outra das formas de luta pela habitação. A viabilização desta forma de ação popular dependeu da intervenção do MFA, que garantiu a legitimidade destas ocupações, baseando-se no princípio “não deve haver casas sem gente enquanto houver gente sem casa”, ainda que, sob o ponto de vista do direito formal, estas eram definidas como violações do direito à propriedade privada.

1.5 AS OPERAÇÕES SAAL

A 6 de Agosto de 1974, vigorando então o 2.º Governo Provisório, um despacho ministerial determinou a criação de uma entidade designada por “Serviço de Apoio Ambulatório Local”. O diploma, que teve como principal impulsionador o arquiteto Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, nomeado no 1º Governo Provisório de Portugal, assentava em quatro objectivos principais:

- a)** ligar o Estado a sectores dinâmicos da sociedade civil, através de um mecanismo de descentralização;
- b)** articular a dimensão funcional e urbanística com as conceções estéticas e as necessidades e opções dos moradores.
- c)** reconhecer aos moradores o direito a permanecerem no lugar que habitavam (direito à cidade);
- d)** possibilitar a utilização dos recursos dos moradores (materiais ou humanos), de modo maximizar a eficácia, a adequação e a celeridade do investimento estatal.

Assim, o SAAL baseou-se nos princípios da arquitetura participativa. Foi dado um papel de grande relevância aos moradores, auscultando-se as suas necessidades e expectativas. Normalmente, o processo consistia na definição de um campo de possibilidades de soluções técnicas, a partir do qual os agregados familiares e as comunidades de bairro podiam fazer as suas opções, de modo a configurar e personalizar as formas de habitat de acordo com as suas vivências e preferências, num processo participado e de mútua aprendizagem.

As operações SAAL, como eram então designadas, resultaram de um trabalho multidisciplinar, possibilitado pela articulação de um vasto conjunto de intervenientes:

- a)** os moradores organizados em comissões ou associações;
- b)** as brigadas técnicas (compostas por arquitetos, engenheiros, juristas, geógrafos, sociólogos);
- c)** o Estado, através dos seus serviços e departamentos sectoriais ou de base local;

POPULAÇÃO

N.º FAMILIAS 936 N.º HABITANTES 3564



QUEM GANHA PARA QUEM?

45% DA POPULAÇÃO SUFICIA OS RESTANTES 55%

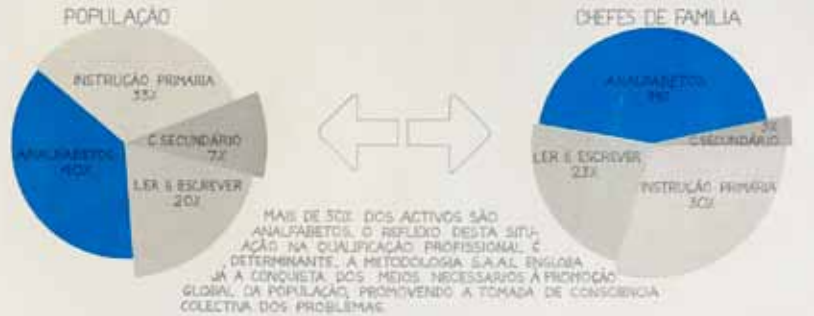


A FAMÍLIA EM CRESCIMENTO 24%
 ESTACIONÁRIAS 27%
 EM DEGRADACÃO 49%



INSTRUÇÃO

UMA POPULAÇÃO INSTRUÍDA É CAPAZ DE CONSTRUIR O SEU PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO MAS...



TRABALHO



TAXA DE DESEMPREGO 14%

DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL

EMPREGADOS	COMERCIAIS
COMERCIANTE	32
EMPREGADA DOMÉSTICA	51
EMPREGADO DE ESCRITÓRIO	417
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	157
ESTIVADORES	2047
INDÚSTRIA METALÚRGICA	342
INDÚSTRIA DIVERSA	161
CONSTRUÇÃO CIVIL	111
SERVIÇOS PRESTADOS À COLECTIVIDADE	249
VENDEDORES AMBULANTES	481
OUTRAS PROFISSÕES	1077
	519
	881
	1839
	1810
	1150
	572
	227
	1152
	596
	861

ZONA INDUSTRIAL

MOSCÁVIDE
POÇO DO BISPO
SACAVEM

TERRENO

O ESTADO E AS AUTARQUIAS LOCAIS PROCEDERÃO À NECESSÁRIA NACIONALIZAÇÃO OU MUNICIPALIZAÇÃO DOS SOLOS URBANOS E DEFINIRÃO O RESPECTIVO DIREITO DE UTILIZAÇÃO

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA ART. 60



- O SAAL AO DEFENDER O DIREITO DAS POPULAÇÕES À APROPRIAÇÃO DE LOCAIS VALIOSOS DA CIDADE, E UMA PEDRA NO SABIDO DA ADMINISTRAÇÃO
- NUMA CIDADE ESOTADA POR 50 ANOS DE ESPECULAÇÃO OS POBRES SÃO MAIS POBRES PORQUE OS TERRENOS (ONICOS SOBRIANTES) EXIGEM FUNDAÇÕES ESPECIAIS
- SÓ O LOCAL É VALIOSO EFECTIVAMENTE

RENDIMENTOS

O ESTADO ADOPTARÁ UMA POLÍTICA TENDENTE A ESTABELEÇER UM SISTEMA DE RENDA COMPATÍVEL COM O RENDIMENTO FAMILIAR E DE ACESSO À HABITAÇÃO PRÓPRIA

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA ART. 62

RENDIMENTOS — PER CAPITA



MAIS DE 20% DE FAMILIAS CLARAMENTE INSOLVENTES NÃO TERÃO OPORTUNIDADE DE VER OS SEUS PROBLEMAS RESOLVIDOS FORA DOS METODOS CRIADOS PELA OPERAÇÃO SAAL



ORGANIZAÇÃO - LUTA

INCUMBE AO ESTADO INCENTIVAR E APOIAR AS INICIATIVAS DAS COMUNIDADES LOCAIS E DAS POPULAÇÕES TENDENTES A RESOLVER OS RESPECTIVOS PROBLEMAS HABITACIONAIS E FOMENTAR A AUTOCONSTRUÇÃO E A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA ART. 65



EXTRATOS DOS ESTATUTOS

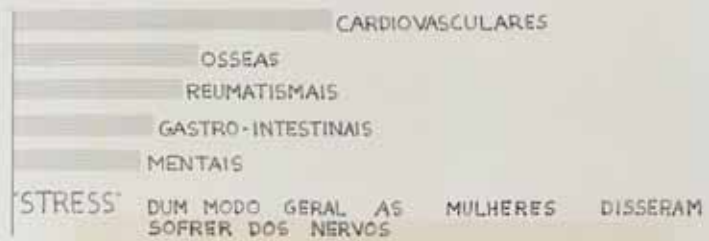
- A COOPERATIVA TERÁ POR OBJETIVOS:
- A PROMOÇÃO DA HABITAÇÃO COOPERATIVA NA SUA ÁREA DE ACTIVIDADE
 - O FOMENTO DA CULTURA, EM GERAL E, EM ESPECIAL, DOS PRINCÍPIOS E PRÁTICA DO COOPERATIVISMO
 - A ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE COLECTIVO DEGRADAMENTE POSTOS DE ABASTECIMENTO, LAMINARIAS, SERVIÇOS COLECTIVOS DE LIMPEZA E DE ARRANJOS DOMESTICOS, GUARDA DE CRIANÇAS, SALAS DE ESTUDO PARA OS FILHOS DOS SOCIOS, CAMPOS DE JOGO, OU OUTROS SERVIÇOS LOCAIS DE PROMOÇÃO SOCIO-CULTURAL
- C. M. BARRIO-HORIZONTE ART. 2º



SAUDE

31% DA POPULAÇÃO SOFRE DE DOENÇAS

POR ORDEM DECRESCENTE



DUM MODO GERAL AS MULHERES DISSERAM SOFRER DOS NERVOS

A SAÚDE DEPENDE ESSENCIALMENTE DA ALIMENTAÇÃO, DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO, DAS CONDIÇÕES SANITARIAS E DA ASSISTENCIA MÉDICA.



• AS DOENÇAS APONTADAS RELACIONAM-SE INTIMAMENTE COM AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO DESTES BAIRROS.

• UMA POPULAÇÃO DOENTE VÊ AGRAVADA A SUA INSOLVENCIA

A OBRA



DOIS ANOS E MIL DIFICULDADES DEPOIS:

TRABALHADORES CONSTROEM PARA TRABALHADORES

A EXECUÇÃO DA OBRA ABSORVEU MÃO-DE-OBRA LOCAL DESEMPREGADA, E DEU INICIO À MODIFICAÇÃO DO AMBIENTE DOS AGLOMERADOS DE BARRACAS, CONSTITUINDO UM MARCO NA TRANSFORMAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIO-CULTURAIS DA POPULAÇÃO.

O MITO TECNOCRÁTICO DA RACIONALIDADE URBANA FOI POSTO EM CAUSA, E A CIDADE TRANSFORMA-SE SOB O IMPULSO CONTRADITÓRIO DOS SEUS GRUPOS SOCIAIS ATÉ QUANDO?



NOVEMBRO DE 1976

O BAIRRO

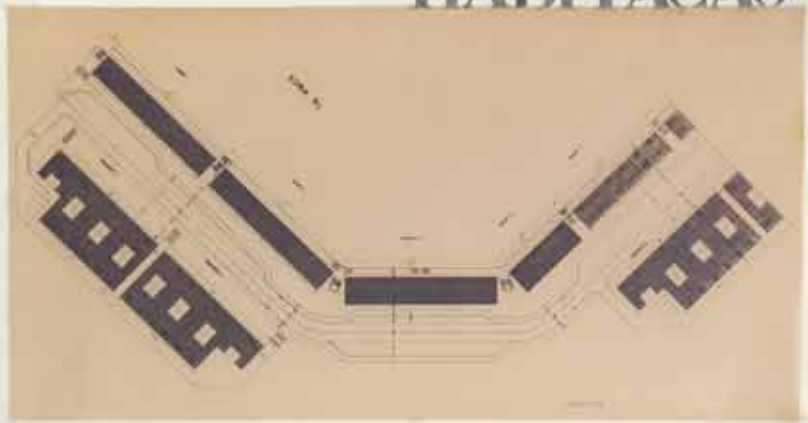
"TODOS TEM DIREITO, PARA SI E PARA SUA FAMÍLIA, A UMA HABITAÇÃO DE DIMENSÃO ADEQUADA, EM CONDIÇÕES DE HIGIENE E CONFORTO E QUE PRESERVE A INTIMIDADE PESSOAL E A PRIVACIDADE FAMILIAR."

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA
ART.º 65.º



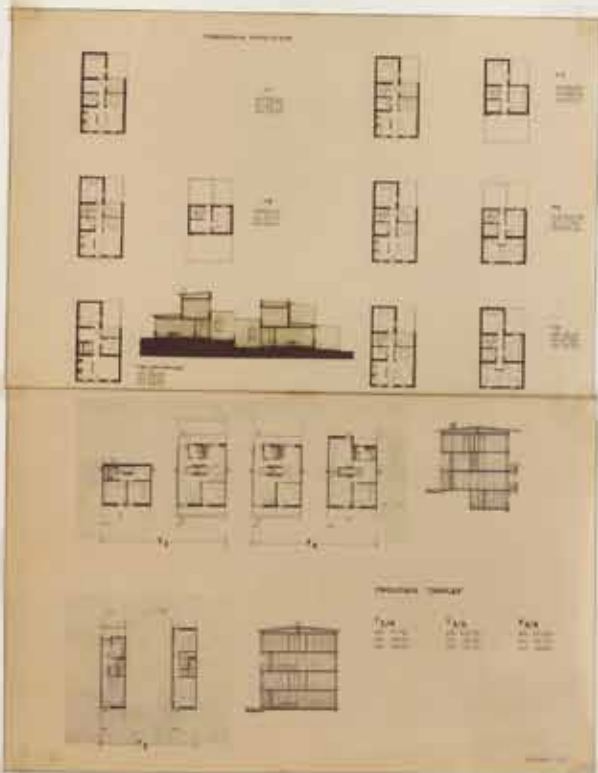
O TRABALHADOR ALIENADO É
ALOJADO DE UMA MANEIRA
QUE REFORÇA A SUA ALIENAÇÃO





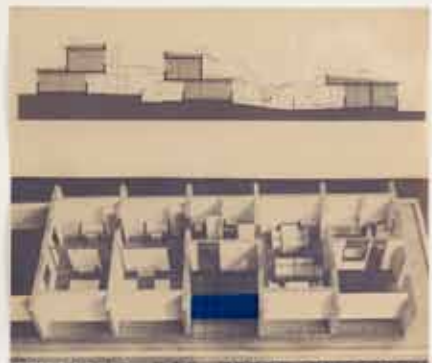
TIPOLOGIA EVOLUTIVA

- ESTA MORFOLOGIA PERMITE RESOLVER OS CASOS ESPECIAIS DETECTADOS E O PROBLEMA DAS FAMILIAS EM CRESCIMENTO
- SOLUÇÃO TÉCNICA MAIS DISPENDIOSA, BENEFICIA EM CONTRAPARTIDA DE MENOR INVESTIMENTO INICIAL.



TIPOLOGIA "DUPLEX"

- CONCEBIDA PARA SE ADAPTAR ÀS DIVERSAS SITUAÇÕES DO TERRENO, PERMITE A EXECUÇÃO COM ESTRUTURA APORTICADA, OU UTILIZAÇÃO DE TUNEIS.
- A MODULAÇÃO AUTORIZA A COMPOSIÇÃO DAS BANDAS CONSCANTE ÀS NECESSIDADES TIPOLOGICAS



- A CONCEÇÃO DOS FOGOS FOI SEMPRE E TANTO QUANTO AUTORIZAVAM AS NATURAIS LIMITAÇÕES E OS MEIOS DISPONÍVEIS, DISCUTIDA COM OS MORADORES.
- AO CLIENTE ABSTRACTO, SUBSTITUIU-SE UM PROCESSO DIALECTICO CARACTERISTICA ESPECIFICA E VALIOSA DA METODOLOGIA S.A.A.L.



II. PROPOSTAS DE TRABALHO

1. PROPOSTAS DE REFLEXÃO

Este subcapítulo apresenta uma série de interpelações (palavras-chave, citações, glossário e temas para discussão), a qual pretende servir de base à discussão de temáticas relativas à exposição.

As propostas apresentadas podem ser exploradas antes, sendo deste modo introdutórias das temáticas, ou depois da visita, por forma a propiciar uma reflexão mais profunda sobre os conteúdos.

1.1 PALAVRAS-CHAVE

História de Portugal:

25 de Abril • Democracia • Descolonização • Estado Novo • Ex-colónias • Retornados • Revolução dos Cravos • Ilhas • Subalugas • Ocupação

O Processo SAAL:

Arquitetura participativa • Autoconstrução • Associações de Moradores • Brigadas Técnicas • Habitação social • Multidisciplinaridade

1.2 CITAÇÕES

Nas minhas funções nos serviços de habitação fui levado a discutir com as organizações populares de uma pequena aldeia operária, e apercebi-me de que, contrariamente à Municipalidade, estas pessoas tinham uma visão muito real das necessidades e aspirações em matéria de melhoramento da cidade.

Manuel Vicente, *L'Architecture d'aujourd'hui*, nº 185, 1976

Parte-se do princípio de que as iniciativas devem ter origem nas populações interessadas e que o grau de organização interna dessas populações, o seu dinamismo e a sua posição reivindicativa são fatores preponderantes para a determinação das prioridades de apoio.

Nuno Teotónio Pereira, *Livro Branco do SAAL*, 1976

Não se tentou nunca de prefigurar a cidade, a vida quotidiana, nem as formas de vida socialistas, não se tentou nunca elaborar um contraplano exterior à consciência dos moradores. Tratou-se de propor, praticando, uma alternativa metodológica que, nascida de um processo dinâmico de luta e organização, ela própria processo, cria-se as suas imagens provisórias, construiu a sua teoria.

Alexandre Alves Costa, *Teoria e crítica de arquitetura século XX*, 2010

Convido-vos a visitar qualquer dos bairros do SAAL, e ter-vos-ia convidado a visitá-los mesmo logo um ou dois meses depois de habitados, para verem a quantidade de autoinvestimento que nessas casas se fez, por conta de cada um.

Nuno Portas, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1986

O processo participativo é muito importante para ajuste das propostas. Esse diálogo, este mais rigoroso conhecimento dos problemas arquitetónicos tem, evidentemente, uma função didática e de atividade cívica indubitavelmente vantajosa. (...) Portanto, enquanto instrumento para o projeto, a participação dos futuros usuários parece-me insubstituível.

Álvaro Siza, in Juan Antonio Zapatel, *Projetos urbanos: a experiência do SAAL em Portugal*, 1995

1.3 GLOSSÁRIO

Arquitetura participativa: arquitetura que resulta da articulação entre a equipa técnica e os usuários do projeto. No processo SAAL, os moradores, organizados em comissões ou associações, desempenharam um papel ativo em todas as fases do processo, inclusivamente ao nível da discussão da forma e utilização dos espaços privados e comuns.

Brigadas técnicas: denominação dada às equipas técnicas do SAAL, na sua maioria constituídas por jovens arquitetos e estudantes, que elaboraram diversos planos e projetos nas zonas degradadas das cidades. O diagnóstico que elaboraram da situação habitacional de cada bairro permitia a orientação técnica das associações de moradores.

Habitação social: é um tipo de habitação destinada à população cujo nível de rendimentos dificulta ou impede o acesso à habitação através dos mecanismos normais do mercado imobiliário.

Ilhas: unidades urbanísticas, de construção espontânea, que ocupam o logradouro das casas burguesas oitocentistas. Surgem como uma resposta ao aumento da procura de habitação de baixo custo, na sequência do aumento populacional, associado ao êxodo rural e à industrialização.

Livro Branco: livro publicado em 1976, que compila os dados que quantificam o trabalho produzido e os resultados obtidos durante os dois anos de atividade do processo SAAL.

MFA (Movimento das Forças Armadas): grupo de militares, responsável pela revolução de 1974, que tinha como objetivos comuns a restauração de direitos democráticos fundamentais e a solução do problema colonial.

Multidisciplinaridade: articulação entre detentores de várias formas especializadas de conhecimento. No SAAL, arquitetos, engenheiros, sociólogos, juristas e geógrafos foram fundamentais na definição de estratégias necessárias ao cumprimento dos objetivos do processo.

SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local): programa de assistência à construção promovida por associações de moradores, lançado como experiência piloto por iniciativa legislativa do então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do Segundo Governo Provisório, o arquiteto Nuno Portas.

1.4. PARA DISCUSSÃO

PRÉ-ESCOLAR

Profissão arquiteto

Conversa com as crianças sobre a profissão do arquiteto. Algumas pistas para auxiliar a discussão:

Quem faz as casas? Quem as desenha? Quem as constrói? O que faz um arquiteto? Como é a casa onde moras?

ENSINO BÁSICO

Palavras de ordem

Pesquisa quais os *slogans* presentes nas manifestações do SAAL.

Aqui tens alguns exemplos:

“Tantas casas sem gente, tanta gente sem casa”

“Casas sim, barracas não”

“Casas SAAL são de pedra e cal”

Descobre o significado de cada frase no contexto do pós 25 de Abril e averigua a sua pertinência na atualidade, através de um debate com a tua turma.

Oficina da Democracia

A oficina tem como ponto de partida a obra de Thomas More, *Utopia* e os seus mapas. Este livro tornou-se sinónimo de projeto irrealizável; fantasia; delírio; quimera; lugar que não existe.

Numa sociedade inventada, formaremos uma Assembleia (igual à da República), onde vamos poder participar num diálogo aberto, livre e cooperativo.

Imaginaremos um mundo, mas não um mundo qualquer! O melhor dos mundos. Parece-te impossível? Utópico?

Nesta oficina, vamo-nos juntar para pensar, escutar e dialogar sobre temas universais como a justiça, a igualdade, a liberdade, o grupo e o indivíduo.

Através da palavra, defenderemos os nossos ideais, sonhos e utopias.

ENSINO SECUNDÁRIO

Ouvir para Refletir. Ver para Debater

Visualização do filme *As Operações SAAL* de João Dias (2007, Midas Filmes), disponível online.

O documentário apresenta um conjunto de testemunhos dos intervenientes do processo SAAL, que ajuda a compreender as suas repercussões sociais e culturais e a refletir sobre os caminhos que a arquitetura e o urbanismo têm percorrido desde essa altura.

Direitos dos Jovens

Sabes quais são os teus direitos?

Consultar a página do Portal da Juventude:

https://juventude.gov.pt/CIDADANIA/DIREITOSDEVERES/Paginas/Direitos_e_Deveres.aspx

Debate inicial sobre os conhecimentos prévios dos jovens quanto aos seus direitos e construção de um mapa de ideias-chave / conceitos / temas à medida que a conversa avança.

Distribuição dos alunos por grupos de trabalho, segundo os temas levantados.

Sugestão de organização:

Grupo 1 – Liberdade de consciência, de religião e de culto

Grupo 2 – Inviolabilidade do domicílio e da correspondência

Grupo 3 – Utilização da informática

Grupo 4 – Liberdade de expressão e informação

Cada grupo terá que procurar na Constituição Portuguesa os artigos respeitantes aos seus temas e prepararem-se para as perguntas dos colegas.

2. ATIVIDADES PRÁTICAS

Este subcapítulo apresenta uma série de atividades práticas a desenvolver em sala de aula, divididas em Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário.

As atividades propostas são transversais a várias áreas disciplinares e estão divididas em duas partes: antes da visita (funcionando como uma preparação para a visita) e após a visita (por forma a contribuir para a consolidação dos conhecimentos).

PRÉ-ESCOLAR

Antes da visita

Uma rua de casas

Numa primeira fase, é explorada a ideia de casa.

Cada criança constrói um objeto tridimensional. A partir de uma caixa de cartão e com recurso à colagem, ao desenho ou pintura, cria a sua própria casa. Portas, janelas, varandas, telhados ou chaminés com diferentes cores e materiais compõem os alçados.

Numa segunda fase, é trabalhada a ideia de comunidade.

As crianças constroem em conjunto uma rua, partindo da organização das suas casas. A turma pode ainda dar-lhe um nome, escolher e construir outros equipamentos (hospital, jardim, escola) e até criar uma história que tem como cenário a sua rua.

Depois da visita

“A minha visita a Serralves” – Jornal Mural

Depois da visita à Fundação de Serralves, cada criança será convidada a registar os momentos marcantes do seu dia. Pode representar o que viu, através de desenhos, pinturas ou recorrer a colagens.

Os registos gráficos de cada aluno devem ser expostos na parede e deste somatório resultará o jornal mural, que funcionará como um testemunho conjunto e informativo para a comunidade escolar.

ENSINO BÁSICO

Antes da visita

Arqui-Jornalista

Nos próximos dias irás visitar a exposição “O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974–1976” no Museu de Serralves. Serás um jornalista.

Pensa nas perguntas que irás fazer aos monitores para que depois possas escrever a tua notícia. Como a vais ilustrar? Através de fotografias, imagens ou vais fazer desenhos que registem o que viste?

Não te esqueças de:

- usar uma linguagem clara e objetiva
- escolher um título apelativo
- fazer o corpo da notícia, sem esquecer de responder às seguintes perguntas: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Porquê?

Lembra-te de nos enviar o que fizeste, para ser.educativo@serralves.pt

Mapa Casa-Escola

Imagina que queres explicar ao teu melhor amigo como deve ir da escola até à tua casa. Faz um desenho de memória desse percurso. O mapa deve dar orientações claras para o teu amigo conseguir chegar ao destino.

Nota: Antes da atividade, o professor deve mostrar exemplos de mapas e introduzir a representação em planta.

Depois da visita

Cartaz de manifestação

Pensa numa situação com a qual te sintas descontente. Pode ser um assunto relacionado com a tua escola, com o lugar onde vives ou um problema social.

Pretende-se que elabores um cartaz motivacional, transmitindo a mensagem que pretendes.

A linha gráfica do cartaz deverá ser estudada, nomeadamente ao nível da geometrização, cor, enquadramentos, montagem e tipografia.

SAAL – Sonhar Acordado, Alterar Lógicas

Constrói a casa dos teus sonhos. A casa é tua, por isso podes fazê-la como quiseres: de pernas para o ar, debaixo de água ou no espaço. Queres uma casa com asas? Preferes paredes elásticas? Queres o chão de areia?

Pensa:

- Onde queres a tua casa? Na lua, debaixo de água, na floresta?
- Por onde entras? Pelo teto? Pelo chão?
- Como são as paredes? Esticam? Têm sabor?
- De que material é o chão?
- Onde queres dormir?

Utilizando recortes de revistas, cria uma imagem que remeta para a localização e forma exterior da casa e, com materiais reciclados, elabora uma pequena maquete.

ENSINO SECUNDÁRIO

Antes da visita

Curta-Metragem

Ao longo do século XX assistimos a profundas alterações na forma de habitar. No intervalo de tempo compreendido entre a geração dos teus avós e a tua, o que mudou?

Constrói uma curta-metragem que retrate essas diferenças.

Não te esqueças de dar um título, escrever o guião, preparar as entrevistas e pensar na intenção estética que queres para o teu trabalho.

Depois da visita

Formas (Re)vistas

A artista plástica Ângela Ferreira fez uma leitura contemporânea do processo SAAL, através da instalação.

Depois da visita, cria um projeto artístico que constitua uma releitura dos múltiplos aspetos que identificaste nesta exposição.

Individualmente ou em grupo, desenvolve um trabalho de projeto onde explores uma das tuas áreas de interesse: Ilustração, Comunicação, Fotografia, Assemblagem, Videografia, Pintura, Escultura, ou outros.

A exposição "O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974-1976"
é comissariada por Delfim Sardo e organizada pelo Museu de Arte
Contemporânea de Serralves em colaboração com o Canadian Centre
for Architecture, Montréal, Canadá.
Consultoria científica: José António Bandeirinha

Mecenas da Fotografia

**NOVO
BANCO**

Apoio institucional

 **GOVERNO DE
PORTUGAL**
SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

Projeto "Serralves, Ecossistema Criativo" cofinanciado por

   **UNIÃO EUROPEIA**
FUNDO EUROPEU
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL


**SERRALVES
ECOSSISTEMA
CRIATIVO**

Mecenas Exclusivo do Museu

 **BPI**

 **SERRALVES
MONUMENTO
NACIONAL**
NATIONAL
HERITAGE

 **FAMAS**
FUNDACÃO DE ARQUITETURA
E MUSEU DE SERRALVES

Fundação de Serralves / Rua D. João de Castro, 210 / 4150-417 Porto / www.serralves.pt / serralves@serralves.pt  Siga-nos em Follow us at www.facebook.com/fundacaoserralves